

TÂMERA PADOIN MARQUES MARIN

Prefácio

Emerson Garcia

A LEI ANTICORRUPÇÃO E O
ACORDO DE LENIÊNCIA

UMA ANÁLISE DO REGIME GERAL PARA A
CELEBRAÇÃO DESSE INSTRUMENTO

Belo Horizonte

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2019

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alecia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do *e-mail* editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

11: 221

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

M3371	Marin, Tâmera Padoin Marques A Lei Anticorrupção e o Acordo de Leniência: uma análise do regime geral para a celebração desse instrumento/ Tâmera Padoin Marques Marin. – Belo Horizonte : Fórum, 2019. 201p.; 14,5cm x 21,5cm ISBN: 978-85-450-0687-9 1. Direito Administrativo. 2. Direito Econômico. 3. Direito Empresarial. I. Título. CDD: 341.3 CDU: 342.9
-------	---

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MARIN, Tâmera Padoin Marques. *A Lei Anticorrupção e o Acordo de Leniência: uma análise do regime geral para a celebração desse instrumento*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 201p. ISBN 978-85-450-0687-9.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Emerson Garcia	13
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1	
O CONTROLE DA CORRUPÇÃO PARA A PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E PARA O ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	25
1.1 A importância do controle da corrupção	25
1.2 A corrupção como fator de violação dos direitos humanos	32
1.3 O desenvolvimento e o exercício das capacidades segundo Amartya Sen	35
1.4 O exercício das capacidades, alguns indicadores sociais brasileiros e alguns números da corrupção no Brasil.....	40
1.5 A corrupção como óbice ao desenvolvimento econômico	45
CAPÍTULO 2	
CONTROLE DA CORRUPÇÃO COMO OBRIGAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	53
2.1 As convenções internacionais de enfrentamento da corrupção aderidas pelo Brasil	56
2.2 Os princípios orientadores sobre empresas e direitos humanos (<i>UN Guiding Principles</i>) e a interface com a corrupção. A visita da comissão ao Brasil	58
2.3 O panorama normativo brasileiro de controle da corrupção. Alguns dados do sistema de justiça nessa seara.....	61

CAPÍTULO 3

OS ANTECEDENTES NORMATIVOS QUE INSPIRARAM A LEI ANTICORRUPÇÃO BRASILEIRA E OS ASPECTOS GERAIS DE RESPONSABILIZAÇÃO NA LAC	65
3.1 O surgimento do <i>Foreign Corrupt Practice</i> ACT – FCPA	65
3.2 A Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE	70
3.3 A Lei Anticorrupção Brasileira – LAC	75
3.4 Da reponsabilidade objetiva da pessoa jurídica	86
3.5 Da responsabilidade das pessoas físicas	92
3.6 As penalidades aplicáveis às pessoas jurídicas previstas na Lei nº 12.846/13	93

CAPÍTULO 4

O PROGRAMA DE INTEGRIDADE OU PROGRAMA DE COMPLIANCE	99
4.1 Por que é importante o <i>compliance</i> ?	99
4.2 O programa de <i>compliance</i> na LAC	103

CAPÍTULO 5

A CORRUPÇÃO SOB A ÓTICA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E O ACORDO DE LENIÊNCIA SOB A PERCPETIVA DO DILEMA DO PRISIONEIRO.....	109
5.1 A corrupção e a análise econômica do direito	109
5.2 O acordo de leniência sob a perspectiva da teoria do “dilema do prisioneiro” da Teoria dos Jogos	113

CAPÍTULO 6

ASPECTOS GERAIS DO ACORDO DE LENIÊNCIA.....	119
6.1 A origem do acordo de leniência	119
6.2 O acordo de leniência no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC.....	123
6.3 O acordo de colaboração premiada – “A leniência penal”	126
6.4 O acordo de leniência firmado pelo Banco Central – BACEN e com a Comissão de Valores Imobiliários – CVM. “A leniência financeira”	128
6.5 A disciplina do acordo de leniência na Lei Anticorrupção – LAC.....	130
6.6 O acordo de leniência como expressão do direito administrativo consensual	136
6.7 O acordo de leniência como meio para obtenção da prova	142

CAPÍTULO 7	
A DISCUSSÃO ACERCA DA LEGITIMIDADE PARA	
CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE LENIÊNCIA 151	
7.1	A Medida Provisória nº 703/2015. Projetos de lei em tramitação.....154
7.2	A discussão envolvendo a atuação dos Tribunais de Contas – TC nos Acordos de Leniência160
7.3	Acordos de Leniência firmados pelo Ministério Público Federal e o posicionamento do TCU.....160
7.4	A discussão envolvendo a participação do Ministério Público Federal nos Acordos de Leniência e os acordos firmados no caso “lava-jato”163
7.5	Os acordos firmados pelo Ministério Público no âmbito da Lei de Improbidade Administrativa – LIA e da Lei Anticorrupção – LAC165
7.6	A realização de acordos de leniência pelo Ministério Público de forma independente e as divergências acerca da legitimidade para atuação isolada dos órgãos e instituições colegitimadas.....168
7.7	Os acordos de leniência firmados com o grupo Odebrecht S.A. e o acordo de leniência com a Interpublic172
7.8	Princípio da segurança jurídica como vetor necessário ao acordo de leniência.....176
CONCLUSÃO 181	
REFERÊNCIAS..... 187	